

HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
CNPJ nº 91.616.805/0001-10
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 (em Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO	18.206.842,00	17.661.891,19
ATIVO CIRCULANTE	7.073.563,89	11.894.262,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.707.919,65	6.288.516,39
Convênios	2.472.352,71	2.877.127,08
Clientes Particulares	30.530,29	252.963,12
EPCLD	(225.725,58)	(10.000,00)
Estoques	1.403.949,54	672.992,36
Prêmio de Seguros a Apropriar	666,73	0,00
Adiantamento a Funcionários	24.089,05	15.681,89
FUNAFIR	400.777,80	901.750,00
Outros Créditos	259.003,70	895.232,02
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.133.278,11	5.767.628,33
Realizável a Longo Prazo	273.051,51	199.781,03
Depósitos Judiciais	273.051,51	199.781,03
Investimentos	450,00	450,00
Cota Capital Sicredi	450,00	450,00
Propriedades Para Investimentos	193.373,15	38.793,76
Edificações	279.149,14	116.216,97
Terrenos	2.692,23	2.692,23
(-) Depreciação Acumulada	(88.468,22)	(80.115,44)
Imobilizado	10.607.328,33	5.469.879,19
Moveis e Utensílios	1.344.227,02	1.185.624,23
Maquinas e Equipamentos	1.024.843,21	735.257,35
Aparelhagem Hospitalar	8.473.296,05	5.415.866,75
Instrumental Cirúrgico	392.411,08	390.226,94
Instalações	809.083,15	772.562,52
Veículos	228.526,15	169.526,15
Biblioteca	0,00	4.380,08
Equipamentos Fisioterapia	0,00	4.691,79
Equipamentos Processamento Dados	538.464,42	454.138,49
Instalações Telefônicas	71.784,13	72.481,93
Terrenos	34.230,11	34.230,11
Edificações	119.200,26	119.200,26
Benfeitorias	3.809.663,80	2.178.554,35
Obras em Andamento	1.263.329,01	1.264.330,23
(-) Depreciação Acumulada	(7.501.730,06)	(7.331.191,99)
Intangível	59.075,12	58.724,35
Software	77.184,03	62.282,87
Amortização Software	(18.108,91)	(3.558,52)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO	18.206.842,00	17.661.891,19
PASSIVO CIRCULANTE	3.010.817,13	2.421.786,85
Fornecedores	1.683.230,26	1.279.785,36
Obrigações Trabalhistas	367.874,14	331.349,52
Obrigações Sociais e Fiscais	188.070,97	170.855,47
Provisões Trabalhistas	712.254,17	612.492,52
Adiantamento de Clientes	56.923,20	25.901,98
Serviços de Terceiros	2.464,39	1.402,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.965.059,45	3.770.115,93
Empréstimos e Financiamentos	183.375,61	1.907.070,40
FUNAFIR a Realizar	468.381,77	985.805,70
Subvenções a Realizar	1.207.302,07	877.239,83
Provisão para Contingências Jurídicas	2.106.000,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	11.230.965,42	11.469.988,41
Patrimônio Social	11.469.988,41	5.949.599,39
<i>Superávit (Déficit) do Período</i>	(239.022,99)	5.520.389,02

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
CNPJ nº 91.616.805/0001-10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
Exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 (em Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS OPERACIONAIS	33.466.872,93	33.701.534,84
Receitas SUS	4.850.130,76	5.623.230,86
Receitas Convênios e Particulares	13.680.494,42	13.569.970,80
Receitas com Isenções Tributárias	2.452.724,47	1.525.046,89
Receitas Subvenções	11.701.727,52	9.863.855,87
(-) Deduções da Receita Serviço Saúde	(776.055,83)	(367.276,56)
Receitas com Aluguéis	512.197,00	465.608,44
Receitas com Doações	939.616,98	45.904,14
Receitas Diversas	106.037,61	2.975.194,40
(-) DESPESA OPERACIONAL ÁREA SAÚDE	(23.157.320,18)	(21.440.883,05)
Custos Hospitalares	(14.575.118,68)	(12.853.095,90)
Serviços Médicos	(8.582.201,50)	(8.587.787,15)
RESULTADO BRUTO	10.309.552,75	12.260.651,79
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(10.548.575,74)	(6.740.262,77)
Despesas com Pessoal e Encargos	(1.518.347,40)	(1.403.431,94)
Despesas Administrativas	(2.138.153,23)	(1.644.095,15)
Serviços de Terceiros	(1.030.282,22)	(1.007.516,01)
Depreciações e Amortizações	(692.855,63)	(588.423,79)
Despesas com Impostos e Taxas	58.654,34	52.359,43
Resultado Financeiro	33.395,39	67.589,78
Despesas com Tributos Isentos	(2.452.724,47)	(1.525.046,89)
Provisão para Contingências	(2.106.000,00)	0,00
Despesas Gerais	(702.262,52)	(691.698,20)
SUPERÁVIT/DEFICIT DO PERÍODO	(239.022,99)	5.520.389,02

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
CNPJ nº 91.616.805/0001-10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 (em Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES OPERACIONAIS		
<i>Superávit (Déficit) do Exercício</i>	(239.022,99)	5.520.389,02
Depreciações e Amortizações	782.471,96	588.423,79
Origens Geradas Pelas Operações	543.448,97	6.108.812,81
Aumento ou Redução de Ativos e Passivos		
(Aumento) Redução Contas Particulares a Receber	222.432,83	(19.372,52)
(Aumento) Redução Convênios a Receber	404.774,37	(1.031.612,70)
Aumento (Redução) EPCLD	215.725,58	0,00
(Aumento) Redução dos Estoques	(730.957,18)	(94.132,54)
(Aumento) Redução Outras Contas	1.054.856,15	(1.744.487,61)
Aumento (Redução) Fornecedores	403.444,90	373.042,82
Aumento (Redução) Obrigações	153.501,77	24.242,83
Aumento (Redução) Outras Obrigações	32.083,61	(34.979,03)
Aumento (Redução) Subvenções a Realizar	330.062,24	552.368,53
Aumento (Redução) Provisão para Contingências	2.106.000,00	0,00
DISPONIBILIDADES GERADAS PELAS OPERAÇÕES	4.735.373,24	4.133.882,59
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento (Redução) Empréstimo a Longo Prazo	(2.241.118,72)	2.545.222,80
	(2.241.118,72)	2.545.222,80
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Bens do Imobilizado	(6.167.702,55)	(1.519.368,46)
Baixa Bens Imobilizado	107.752,45	0,00
Aquisição de Intangível	(14.901,16)	0,00
Aquisição de Outros Investimentos	0,00	(12.206,41)
	(6.074.851,26)	(1.531.574,87)
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	(3.580.596,74)	5.147.530,52
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.580.596,74)	5.147.530,52
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	2.707.919,65	6.288.516,39
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	6.288.516,39	1.140.985,87

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
CNPJ nº 91.616.805/0001-10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 (em Reais)

	Patrimônio Social	Resultado do Período	Total do Patrimônio Líquido	Resultados Abrangentes	Total dos Resultados Abrangentes
Saldo em 31/12/2018	7.022.261,48	(1.072.662,09)	5.949.599,39	0,00	5.949.599,39
Transferência para o Patrimônio Social	(1.072.662,09)	1.072.662,09	0,00	0,00	0,00
<i>Superávit</i> do exercício	0,00	5.520.389,02	5.520.389,02	0,00	5.520.389,02
Saldo em 31/12/2019	5.949.599,39	5.520.389,02	11.469.988,41	0,00	11.469.988,41
Transferência para o Patrimônio Social	5.520.389,02	(5.520.389,02)	0,00	0,00	0,00
<i>Déficit</i> do exercício	0,00	(239.022,99)	(239.022,99)	0,00	(239.022,99)
Saldo em 31/12/2020	11.469.988,41	(239.022,99)	11.230.965,42	0,00	11.230.965,42

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
CNPJ nº 91.616.805/0001-10

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA é uma pessoa jurídica de direito privado, de caráter assistencial, que se rege pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável e tem por finalidade preponderante a atividade na área da saúde e desenvolve esta e as demais atividades de forma contínua e permanente, respeitando o princípio da universalidade do atendimento, sendo-lhe permitido para tanto: (a) prestar serviços de atendimento e atenção à saúde humana, nos limites de suas possibilidades, a todos que o procurarem no sentido de proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice, sem qualquer tipo ou espécie de distinção; (b) desenvolver atividades educacionais e de saúde, para formação de profissionais; e (c) promover a integração dos diversos profissionais da área da saúde ao mercado de trabalho.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais incluem as disposições contidas na Lei das sociedades por ações (Lei nº 6404/76 e alterações), legislação específica aplicável a entidades de fins não econômicos (Lei nº 12.101/09 e 12.868/13 e regulamentação) e normas brasileiras de contabilidade, mais especificamente as ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa – Os valores contabilizados neste subgrupo, representam moeda em caixa, depósitos à vista em conta bancária e aplicações financeiras, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata dia até a data do balanço sendo que estas aplicações são realizadas em instituições financeiras de reconhecida solidez. Os valores de aplicações financeiras com restrições são aquelas oriundas e subvenções a realizar.

b) Contas a Receber de Clientes – As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e enviado às Operadoras de Planos de Saúde, aos gestores do SUS e de contas particulares ainda não recebidas.

c) Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – EPCLD – Esta estimativa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos e foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, levando-se em consideração a inadimplência e as glosas ocorridas nos últimos três anos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

d) Estoques – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição e não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data das demonstrações contábeis.

e) Imobilizado e intangível – Os bens integrantes do Imobilizado e Intangível estão demonstrados pelo custo de aquisição e corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como custo ou despesa quando incorrido.

f) Depreciação do Imobilizado – A depreciação está calculada sobre os valores de aquisição pelo método linear e de acordo com as taxas estabelecidas na legislação societária vigente, consideradas adequadas pela administração.

g) Obras em Andamento – As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto acrescidas de custo de mão-de-obra e aquisições de materiais. Os valores de obras já prontas são transferidas para as

contas de imobilizado adequadas. Permanece contabilizado a construção em andamento das alas do fundos na qual as obras estão paralisadas desde 2000.

h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/07, na Deliberação CVM nº 527 e na NBC TG 01 (R1). Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil excede o valor de mercado, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. No período não foram apontadas divergências relevantes que obrigasse a Entidade a registrá-las em sua contabilidade

i) Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. As provisões de férias e encargos foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações envolvendo essas provisões poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. As demonstrações contábeis da Entidade incluem, também, estimativas referentes a provisões necessárias para passivos contingentes trabalhistas. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas.

j) Receitas e Despesas – As receitas e despesas foram reconhecidas de acordo com o regime de competência, exceto as receitas de doações e subvenções que são reconhecidas de acordo com a realização das despesas a elas vinculadas. As receitas da Entidade foram aplicadas integralmente em território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Foi reconhecida como receita a isenção tributária e como despesa o valor do benefício tributário referente à cota patronal do INSS e da COFINS, obtido pelo direito de possuir o CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social.

k) Apuração do Resultado – O resultado foi apurado segundo o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato, valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

l) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes – Os ativos e passivos de até 360 dias estão demonstrados no circulante. Os ativos e passivos com vencimento acima de 360 dias ou que não tenham data definida para realização estão classificados como não circulantes.

m) Ajuste a Valor Presente – Em cumprimento a Resolução CFC Nº 1.151/09 e a Lei nº 11.638/07, foi efetuada análise específica quanto à necessidade ou não de aplicação do procedimento de Ajustes a Valor Presente, não sendo apurado nenhum efeito significativo ou relevante que justificasse, nos ativos e passivos, a adoção deste procedimento.

n) Obrigações Trabalhistas – As obrigações trabalhistas, sociais e tributárias foram registradas de acordo com o quadro de funcionários, as provisões e os encargos delas decorrentes, estando os referidos encargos registrados pelo valor histórico.

o) Contas a Pagar a Fornecedores – Os valores a pagar à fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros.

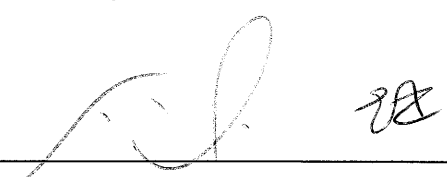
p) Contas a Pagar de Honorários Médicos – Os valores a pagar referentes a honorários médicos são obrigações geradas a partir de atendimentos de médicos a pacientes internados e ambulatoriais.

q) Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC – Foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/09 e também com a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), sendo utilizado o método de fluxo de caixa indireto.

r) Demonstração dos Resultados Abrangentes – Foi incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e os equivalente de caixa estão assim compostos:



	2020	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.707.919,65	6.288.516,39
Caixa	10.706,68	2.396,17
Bancos Conta Corrente	62.913,09	239.609,92
Aplicações Financeiras sem Restrições	2.470.864,96	6.004.752,43
Aplicações Financeiras com Restrições	163.434,92	41.757,87

NOTA 5 – EPCLD – ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Foi constituída no exercício de 2020 o valor de R\$ 225.725,58 com base na perda média dos últimos exercícios.

NOTA 6 – ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo médio que não superam os preços de mercado e refere-se somente aos medicamentos, materiais hospitalares e materiais de consumo e os saldos são respectivamente os seguintes:

	2020	2019
Estoques	1.403.949,54	672.992,36
Materiais e Medicamentos	1.072.362,04	481.866,36
Material de Consumo	331.587,50	191.126,00

NOTA 7 – IMOBILIZADO, INVESTIMENTOS E INTANGÍVEL

A movimentação do Imobilizado, Investimentos e Intangível no exercício de 2020 foi a seguinte:

	SALDO 31/12 2019	Entradas	Baixas e Vendas	Transf.	Deprec. e Amort.	SALDO 31/12 2020
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.567.847,30	6.182.603,71	(107.752,45)	(0,00)	(782.471,96)	10.860.226,60
Investimentos	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00
Cota Capital Sicredi	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00
Propriedades Para Investimentos	38.793,76	0,00	0,00	162.932,17	(8.352,78)	193.373,15
Edificações	116.216,97	0,00	0,00	162.932,17	0,00	279.149,14
Terrenos	2.692,23	0,00	0,00	0,00	0,00	2.692,23
(-) Depreciação Acumulada	(80.115,44)	0,00	0,00	0,00	(8.352,78)	(88.468,22)
Imobilizado	5.469.879,19	6.167.702,55	(107.752,45)	(162.932,17)	(759.568,79)	10.607.328,33
Moveis e Utensílios	1.185.624,23	159.073,50	(470,71)	0,00	0,00	1.344.227,02
Maquinas e Equipamentos	735.257,35	315.345,88	(25.760,02)	0,00	0,00	1.024.843,21
Aparelhagem Hospitalar	5.415.866,75	3.580.971,06	(523.541,76)	0,00	0,00	8.473.296,05
Instrumental Cirúrgico	390.226,94	2.329,80	(145,66)	0,00	0,00	392.411,08
Instalações	772.562,52	36.520,63	0,00	0,00	0,00	809.083,15
Veículos	169.526,15	59.000,00	0,00	0,00	0,00	228.526,15
Biblioteca	4.380,08	0,00	(4.380,08)	0,00	0,00	0,00
Equipamentos Fisioterapia	4.691,79	0,00	(4.691,79)	0,00	0,00	0,00
Equipamentos Processamento Dados	454.138,49	84.325,93	0,00	0,00	0,00	538.464,42
Instalações Telefônicas	72.481,93	0,00	(697,80)	0,00	0,00	71.784,13
Terrenos	34.230,11	0,00	0,00	0,00	0,00	34.230,11
Edificações	119.200,26	0,00	0,00	0,00	0,00	119.200,26
Benfeitorias	2.178.554,35	0,00	(137.095,35)	1.768.204,80	0,00	3.809.663,80
Obras em Andamento	1.264.330,23	1.930.135,75	0,00	(1.931.136,97)	0,00	1.263.329,01
(-) Depreciação Acumulada	(7.331.191,99)	0,00	589.030,72	0,00	(759.568,79)	(7.501.730,06)
Intangível	58.724,35	14.901,16	0,00	0,00	(14.550,39)	59.075,12
Software	62.282,87	14.901,16	0,00	0,00	0,00	77.184,03
Amortização Software	(3.558,52)	0,00	0,00	0,00	(14.550,39)	(18.108,91)

As Propriedades para Investimentos são bens e direitos que não se destinem à manutenção das atividades fim da Entidade e que estão alugadas a terceiros.

NOTA 8 – EMPRÉSTIMOS

O valor de R\$ 183.375,61 classificado como empréstimo de longo prazo se refere a Processo General Electric, (aparelho de ecografia), já finalizado, mas ainda não sacado em 31/12/2020, sendo existe depósito judicial no mesmo valor.

NOTA 9 – SUBVENÇÕES E INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS E DOAÇÕES

A entidade recebeu de órgãos públicos a título de auxílios e convênios em 2020 os valores de R\$ 11.701.727,52, sendo da seguinte forma:

	2020	2019
Subvenções e Incentivos Governamentais	11.701.727,52	9.863.855,87
Integrasus	33.448,80	33.448,80
Convenio Municipal	2.388.455,73	2.381.692,53
Incentivos Samu - Porta Aberta	1.260.000,00	1.680.000,00
Incentivo a Contratualização - IAC	561.111,48	559.603,11
Incentivo Funafir	0,00	142.137,27
Convênio Municipal - Incentivo Pronto Atendimento	4.423.301,40	3.893.766,25
Incentivo Rede Cegonha	138.000,00	146.000,00
Receita de Subvenção Custeio	1.619.497,24	1.027.207,91
Receita de Subvenção COVID	1.277.912,87	0,00

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Para a contabilização das subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

Os recursos recebidos foram aplicados na manutenção dos programas e obras sociais e filantrópicas da Entidade. Eventualmente a Entidade recebe doações ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas. Em conformidade com a ITG 2002 (R1), estas receitas são reconhecidas no resultado.

	2020	2019
Doações Diversas	939.616,98	45.904,14
Doações Brechó	7.530,00	24.140,00
Doações de Bens e em Espécie	768.451,19	0,00
Donativos de Materiais e Medicamentos	85.312,02	0,00
Receitas da Nota Fiscal Gaúcha	17.861,27	16.764,14
Receita Verba Execução Penal	60.462,50	5.000,00

NOTA 10 – RECEITAS

Em atendimento a NBC TG 47/16, as receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins (prestação de serviços em saúde), são mensuradas pelo valor original recebido ou a receber, com base nos atendimentos efetuados. Outras receitas (fins e sustentáveis) também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade.

NOTA 11 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JURÍDICAS

A provisão para contingências jurídicas foi ajustada baseada em relatórios fornecidos pelos advogados da Entidade, ficando no montante de R\$ 2.106.000,00 com possibilidade provável de perda para questões trabalhistas. Em relação aos processos classificados como possíveis, foi estipulado o montante de R\$ 63.000,00 para processos trabalhistas e de R\$ 450.000,00 para processos cíveis, valor este não contabilizado.

NOTA 12 – CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Em cumprimento a Lei nº 12.101/2009, da Lei nº 12.868/2013, do Decreto nº 8.242/2014 e da Portaria GM/MS nº 834/2016, durante o exercício de 2020 os atendidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS, foram de 83,38% (79,40% em 2019) do total de sua capacidade operacional, conforme quadro:

	2020		2019	
Pacientes/Dia	Quant.	%	Quant.	%
Número Pacientes/Dia SUS	5.596	71,88%	6.529	67,90%
Número Pacientes/Dia Não SUS	2.189	28,12%	3.086	32,10%
Total Pacientes/Dia	7.785	100,00%	9.615	100,00%
Atendimentos Ambulatoriais	Quant.		Quant.	
SUS	20.730	81,58%	33.742	81,48%
Não SUS	4.680	18,42%	7.670	18,52%
Total de Atendimentos Ambulatoriais	25.410	100,00%	41.412	100,00%
Atenção a ações prioritárias:				
I - atenção obstétrica e neonatal;	N	0,00%	N	0,00%
II - atenção oncológica;	N	0,00%	N	0,00%
III - atenção às urgências e emergências;	S	1,50%	S	1,50%
IV - atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e	N	0,00%	N	0,00%
V - hospitais de ensino.	N	0,00%	N	0,00%
Total		1,50%		1,50%
Atendimento SUS				
Número Pacientes/Dia SUS		71,88%		67,90%
Atendimento Ambulatoriais SUS		10,00%		10,00%
Atenção a ações Prioritárias		1,50%		1,50%
Total % Atendimento SUS		83,38%		79,40%

Estes valores superam a quantidade mínima de atendimento exigido, que é de 60%. É importante destacar que a Entidade não estabelece nenhum limite quantitativo ou de demanda, atendendo a 100% da população que aceita as condições de atendimentos estabelecidos na legislação do próprio SUS.

NOTA 13 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Entidade renovou no exercício de 2018 o CEBAS – Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social, junto ao Ministério da Saúde, que lhe permitirá a continuidade da isenção da incidência da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, da COFINS e da Contribuição ao INSS. Para tanto já está atendendo aos quesitos da Lei nº 12.101/09. As instituições de saúde mantêm atualizado seus dados no CNES – Cadastro Nacional de Entidades de Saúde.

Em atendimento aos Decretos n.º 8.242/14 e nº 7.300/10, são demonstrados a seguir, os valores relativos às isenções sociais, como se devido fossem durante os exercícios:

ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS	2020	2019
Cota Patronal INSS	1.621.763,97	1.525.046,89
COFINS	830.960,50	894.763,82
CSLL	0,00	496.835,01
TOTAL	2.452.724,47	2.916.645,73

Tais valores foram contabilizados entre os custos e despesas operacionais nos referidos exercícios e como receita operacional, não alterando, assim, o resultado apurado no exercício.

NOTA 14 – DO RESULTADO DO PERÍODO

O *déficit* do período de 2020 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, em especial no item 15, que descreve que o *superávit* sem restrição ou o *déficit* do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

NOTA 15 – APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados integralmente nas finalidades institucionais de conformidade com o Estatuto, demonstrados pelos custos, despesas e investimentos patrimoniais.

NOTA 16 – COBERTURA DE SEGUROS

Em 31/12/2020 a Entidade possuía cobertura de seguros de veículos, não contratando seguro contra incêndio e riscos diversos para os prédios, contando com brigada de incêndio interna e laudo atualizado de PPCI.

NOTA 17 – IMPACTOS DO COVID-19

a) **Aspectos Gerais** – Diante da pandemia que se instaurou em março de 2020, relacionada ao novo Coronavírus, que provocou significativos impactos na saúde pública e na economia do Brasil, o Hospital São João Batista informa que tomou e continua tomando medidas preventivas e de mitigação de riscos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde, visando minimizar impactos à saúde e segurança dos empregados, familiares, parceiros e comunidade, bem como à continuidade de suas operações. Estas medidas estão em conformidade com as leis vigentes no País e de acordo com os regulamentos internos. A extensão dos impactos da pandemia no Hospital São João Batista ainda dependerá de sua duração, eventuais restrições impostas por órgão governamentais, reação do mercado consumidor e outros possíveis desdobramentos nas localidades onde a Entidade atua. Mesmo nesse cenário, o Hospital São João Batista descarta a ociosidade da produção em função da COVID-19, pelo contrário, houve um aumento da demanda de pacientes internados pelo SUS. Descarta, ainda o risco de resultados extraordinários positivos ou negativos ou riscos de “*going concern*” (continuidade operacional) em função da pandemia, não descartando possibilidades de incertezas e julgamentos críticos que passaram a ser mais relevantes em decorrência dos impactos da Covid-19 nos negócios.

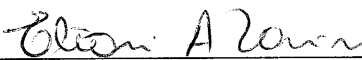
b) **Impactos da Pandemia** – Em razão das medidas restritivas para contenção do Coronavírus COVID-19, a Entidade não foi impactada com a redução (paralisação) de suas atividades em 2020. Foram adotadas ações para redução dos efeitos no faturamento e no caixa, visando a perpetuidade da empresa.

c) **Obtenção de Recursos Extraordinários** – Como consequência direta das políticas públicas adotadas, a Entidade recebeu recursos por meio da Lei nº 13.995/2020 e pelo aditivos 6 e 7 do Contrato 116/2019 firmado com o Fundo Municipal de saúde da Prefeitura Municipal de Nova Prata, na ordem de R\$ 1.277.912,87, recursos estes que foram integralmente utilizados nos fins a que destinavam que era o combate à pandemia, refletindo igualmente no caixa da Entidade, sem trazer benefícios ou *déficits* extraordinários.

Nova Prata, 31 de dezembro de 2020.



Fernando Lenzi da Silva
Presidente



Eliani Oliboni Antunes Zamin
Contadora CRC/RS 74.904

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**A Diretoria do
Hospital São João Batista
Nova Prata – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital São João Batista que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital São João Batista em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Declaramos que não existem assuntos a serem reportados como principais assuntos de auditoria.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 16, às demonstrações contábeis, que informa que a Entidade possui cobertura de seguros de veículos, contando com brigada de incêndio interna e laudo atualizado de PPCI entretanto não contratou seguro contra incêndio e riscos diversos para os prédio, o que pode ser causa de solução de continuidade em caso de eventual sinistro.

Outros assuntos

Auditoria correspondente ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, não foram por nós examinadas conforme relatório do auditor independente, emitido em 30 de junho de 2020, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela

supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 29 de abril de 2021.

KELLY CRISTINA LOPES
SCHIMITT:5090475202
0

Assinado de forma digital por
KELLY CRISTINA LOPES
SCHIMITT:50904752020
Dados: 2021.05.03 17:47:20
-03'00'

SCHIMITT AUDITORES SS
KELLY CRISTINA LOPES SCHIMITT
CRCRS-2.589 CRCRS 042677/O-1